



MONITORIA DE IMPRENSA

Jornal de Angola, TPA, TV Zimbo e Rádio Nacional de Angola

Novembro de 2023 a Janeiro de 2024

Introdução

O Movimento Cívico Mudei (Mudei) considera, desde a sua criação, a comunicação social como um dos pilares incontornáveis de um processo político aberto e plural. O acesso de todos a informação diversificada, tanto sobre a realidade como sobre as ideias defendidas pelos vários intervenientes no processo político e na sociedade, é fundamental para que se possam formar opiniões de maneira mais fundamentada e consciente. Sendo claro que diferentes actores têm as suas agendas e podem por isso usar a comunicação social para as promoverem, podendo até sacrificar a verdade, é importante a diversidade e algum tipo de regulação pelos cidadãos e por órgãos dedicados à função – incluindo os do sector e os judiciais, no caso de claras violações da lei.

Com este relatório, o primeiro de uma série, o Mudei pretende contribuir para a observação cidadã sobre a comunicação social. O objectivo é trazer evidências e oferecer uma base objectiva para a discussão sobre a prática de uma parte importante da comunicação social angolana, retomando o trabalho de monitoria iniciado antes das eleições gerais de 2022, do qual resultou um relatório e um processo submetido aos tribunais.

Nesta nova fase propomo-nos gerar relatórios trimestrais de análise do que é coberto por um conjunto de órgãos de comunicação social, sustentados com dinheiros públicos, oferecendo uma base para se apreciar o seu nível de imparcialidade e de cumprimento do que está legislado. Não se conhecem as audiências e, por isso, o real alcance dos órgãos monitorados, mas é evidente que no conjunto, possuem um enorme potencial para moldar a opinião pública nacional.

Um desafio para o futuro será conhecer melhor não só o alcance mas também o tipo de informação veiculada por órgãos de comunicação alternativos como as redes sociais e a comunicação social privada. Isto irá permitir que, de forma mais sistemática, se observe que notícias poderão estar a ser ignoradas pelos órgãos que estamos a observar.

A intensificação da guerra na Ucrânia, em 2022, lembrou-nos como a média – neste caso a internacional - pode ser transformada num mero instrumento de luta entre partes, em situações de polarização extremada, resultando no sacrifício da verdade. Ficou mais uma vez aparente que a prática de simplificar as questões, ocultar partes importantes da realidade, vendendo uma imagem idílica dos “nossos” e demonizando os “outros”, é comum em ambientes de guerra e de rivalidade profunda. Apesar de se ter presente que, mesmo em países com instituições (incluindo de comunicação social) mais sólidas, ocorre o sacrifício da actividade jornalística e de justiça para se servir um dos lados de uma disputa, o Mudei considera que a sociedade angolana deve ser exigente com as práticas da sua comunicação social e das instituições que a regulam, em especial da que é financiada com dinheiros públicos. Devemos todos resistir à infantilização do público, através de narrativas simplificadas, que omitam ou distorçam uma parte considerável da realidade.

Metodologia

O essencial do trabalho de monitoria feito consistiu em observar (visualizar, escutar, medir) e classificar os **noticiários principais** da Televisão Pública de Angola (TPA), da TV Zimbo, da Rádio Nacional (RN), e as **capas** do Jornal de Angola (JA), e introduzir cada notícia numa tabela, classificando-as de acordo com uma lista de temas principais e de subtemas, de acordo com os actores / temas objectos da notícia. Por exemplo, “João Lourenço com mandato para reforçar laços diplomáticos entre a RDC e o Ruanda”, foi classificado como *Executivo* no tema principal e *Presidente da República* no subtema. Nem sempre os títulos das notícias revelam o verdadeiro foco. Assim, por exemplo, a notícia: “Novo Hospital Geral do Bengo em funcionamento”, poderia sugerir uma reportagem sobre o hospital e como ele está a servir a população, o que a colocaria, eventualmente, numa categoria “Sociedade/Saúde”. Porém, se ao visualizá-la, se constatar que o enfoque está em quem inaugurou, a classificação reflecte esse facto. Para cada notícia, as medições foram feitas em minutos e segundos ou, no caso do jornal, a área dedicada à notícia - incluindo o título, a foto e o texto - medida em centímetros quadrados. Para cada notícia é registrado o momento do início e do fim (hora:minuto:segundo), o que permite calcular a sua duração. É o somatório de todas as notícias, de todos os noticiários visualizados, por categoria, que constitui a base da análise neste estudo.

O objectivo do estudo

Este trabalho visa quantificar o tempo / espaço dedicado aos diferentes actores, por um grupo seleccionado de Órgãos de Comunicação Social (OCS). Pretende-se com estes dados oferecer uma base que sirva de contribuição para permitir o teste da hipótese de haver um viés por detrás das decisões editoriais: o que é coberto, o que é ignorado e a perspectiva adoptada na forma como se tratam as matérias. Deste modo, pretende-se quantificar o que já existe em forma de percepção pública. As evidências deverão alimentar outras acções que poderão ir desde a informação do público sobre o estado de uma importante parte da média, até acções judiciais contra quem viole preceitos legais. Globalmente visa-se emendar comportamentos e contribuir para a melhoria da qualidade da comunicação social.

Os órgãos escolhidos

Foram analisados o Jornal de Angola (JA), a Televisão Pública de Angola (TPA), a TV Zimbo e a Rádio Nacional de Angola (RNA). No JA foram analisadas as matérias publicadas na capa, na TPA e na TV Zimbo os Telejornais das 20:00 e na RNA os noticiários das 13:00.

Limitações

Existe na equipe a consciência de vários aspectos que poderão ser melhorados, e das limitações do trabalho que se está agora a partilhar. Realçamos as dificuldades em classificar de forma consistente, usando as categorias definidas. Por exemplo, nas secções dos comentaristas, nas televisões, a dispersão de assuntos torna difícil uma classificação e provavelmente os comentários deverão ser objecto de um trabalho específico, estando neste trabalho frequentemente classificado na categoria “Outros”. Em notícias - como, por exemplo, o do recomeço das aulas - onde não há um actor claro, adoptou-se uma classificação sectorial. Por isso surgem as categorias Economia, Educação, Desporto, etc. A observação estar concentrada nos espaços nobres - estratégia adoptada por limitação de recursos e por serem os espaços que atingem um público mais vasto - pode não ilustrar completamente o nível de (im)parcialidade na cobertura dos diferentes acontecimentos e opiniões.

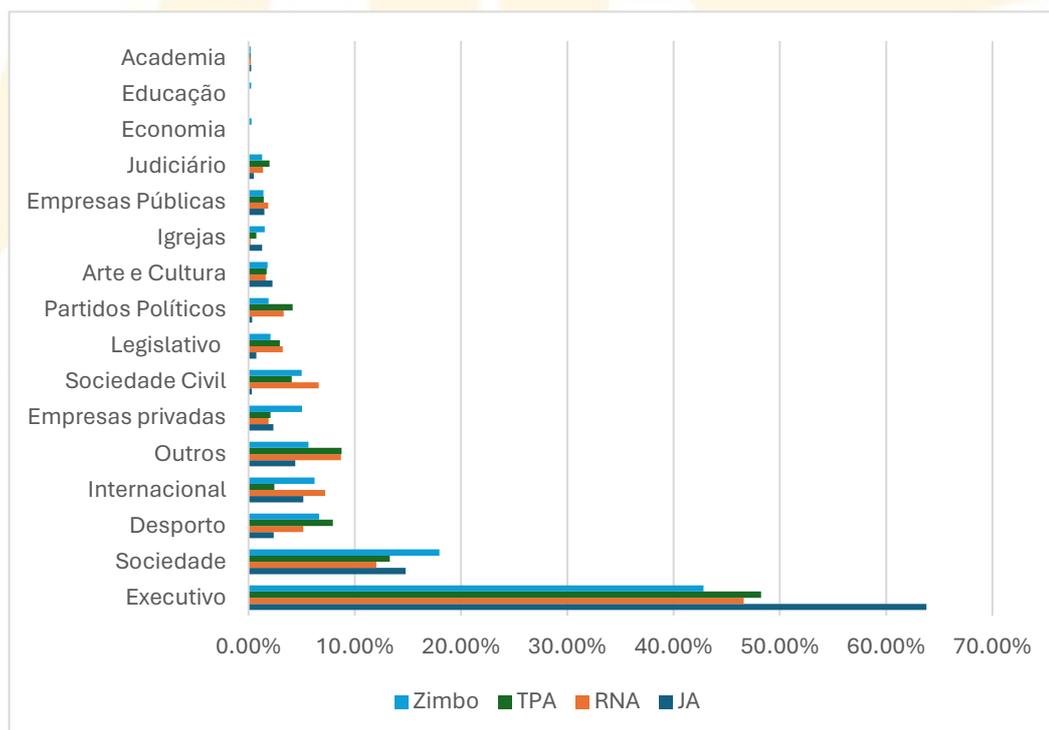
Algumas dimensões poderiam dar lugar a outros níveis de classificação e de comparação no que é ou não tratado: a dimensão geográfica (que província, que país, urbano x rural) ou sectorial (agricultura, educação, etc) poderão ser interessantes de tratar, algo que poderá ocorrer futuramente.

Não foi usado como indicador de classificação a **perspectiva** (crítica ou positiva) como o actor / tema foi abordado na notícia embora seja. Mas foi possível constatar a perspectiva global, como se refere nas constatações. Este tipo de indicador poderá vir a ser incluído no futuro.

Não se conseguiu recuperar alguns, poucos, noticiários do período coberto por este trabalho: no caso da RNA isto foi devido ao método de se recorrer a gravações automáticas a partir da internet, e no caso das televisões por haverem dias em que o registro publicado está errado em relação às datas das notícias. Isto ocorreu excepcionalmente e considerase que, no conjunto, os resultados não terão alterado as tendências apresentadas abaixo.

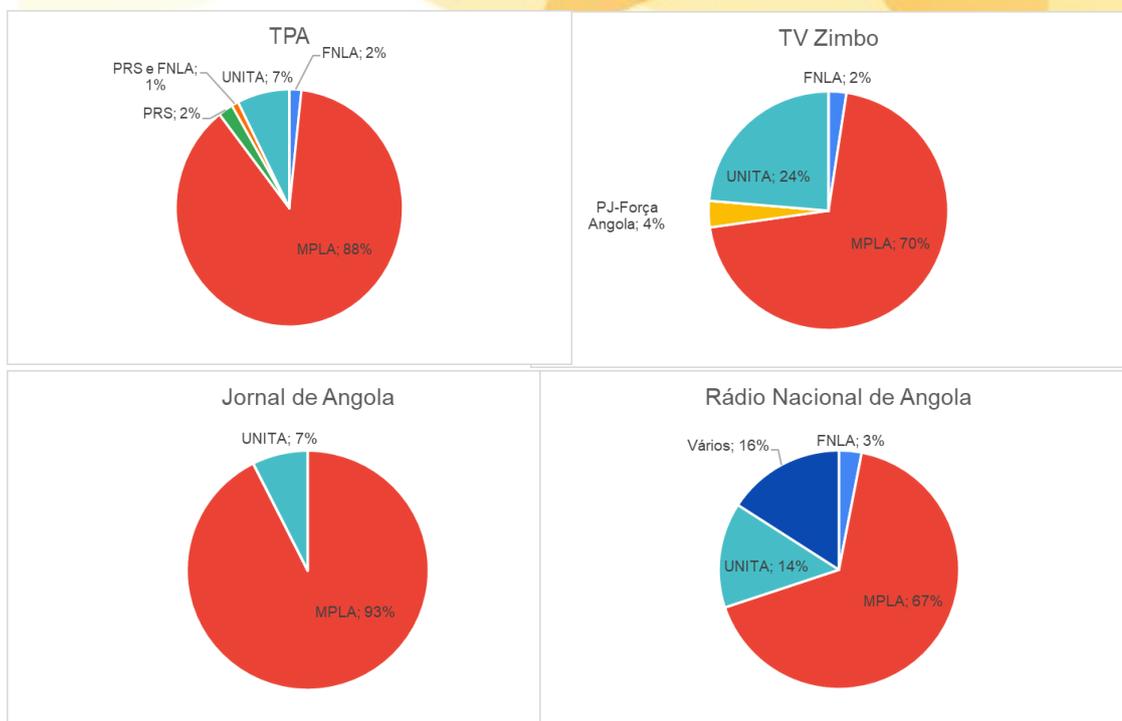
Constatações

1. Todos os órgãos analisados, realçam as acções, opiniões e preocupações do executivo, tanto no número de matérias como no tempo / área por elas ocupado. O executivo ocupa 63,8% das capas do JA (a categoria seguinte ocupa 14,8%), 48,6% na TPA (a categoria seguinte ocupa 13%), 46,8% na RNA (a categoria seguinte ocupa 11,5%) e 35,5% na Zimbo (a categoria seguinte ocupa 14,87%). Os gráfico abaixo ilustra a distribuição do espaço por cada categoria, nos diferentes órgãos.



2. Para além do espaço central dado ao executivo, referido acima, constata-se uma **ausência de sentido crítico ou de contraditório**. Não são noticiadas, portanto, quaisquer discordâncias ou erros da acção governativa (assumindo que possam existir), em relação às acções ou ideias do executivo;

3. Os partidos políticos, explicitamente, têm uma presença modesta nos espaços noticiosos monitorados (capa do JA e noticiários principais do dia), com menos de 1% no JA, 2% na Zimbo, 3% na RNA e 4% na TPA. Mas, dentro das notícias sobre partidos políticos o MPLA recebe uma atenção especial, como se pode ver nos gráficos abaixo:



4. Em várias categorias (cultura, empresariado, sociedade civil, etc) nota-se uma tendência para se adoptar uma perspectiva de realce da presença e papel do executivo ou de organizações e indivíduos que lhe sejam próximos. É, nesse sentido, notável o limitado espaço dado - ou omissão - a organizações sindicais, a movimentos reivindicativos ou a organizações da sociedade civil, em geral.
5. Há uma clara diferença entre órgãos. Apesar de em todos eles se notarem alguns traços comuns (realce acrítico às acções do executivo e, de entre as forças partidárias realce para as posições e acções do partido maioritário) constata-se que tanto o Jornal de Angola como a TPA destacam-se no desequilíbrio de tratamento às diferentes actores políticos.
6. A TPA a 30 de novembro, dedicou exclusivamente o jornal, durante 2 horas e 25 minutos à visita do Presidente da República aos Estados Unidos. De novo não houve espaço para qualquer dúvida ou crítica a esta aproximação nem em que medida é uma mudança na política de alianças.
7. Não tendo sido o alvo deste trabalho de monitoria, constatou-se no entanto que foram vários os acontecimentos de Angola que, no período, foram matéria noticiosa em órgãos de imprensa internacional, e ignoradas, ou tratadas sem contraditório, nos órgãos aqui monitorados. Alguns exemplos:
- a. Activistas Gilson da Silva Moreira e Hermenegildo André em greve de fome - *Voz da América* (VoA) 6 de Novembro 2023;

- b. O impacto do novo aeroporto que resultou na deslocação de cerca de três mil famílias que, passaram a residir em tendas - *Deutsch Welle* (DW) 9 de Novembro de 2023;
- c. A perspectiva da UNITA relativamente ao abandono da Comissão de Reconciliação em Angola (DW e VoA) 21 de Dezembro de 2024. Sendo uma ruptura, em relação a um processo que seria normalmente de aproximação entre partes, as várias perspectivas em relação à polémica seriam normalmente matéria para ser tratada com contraditório;
- d. Caso de corrupção relacionado com um irmão do Presidente da República (DW) 28 de Dezembro de 2023. Embora seja claro que não são responsabilidade do PR os actos da sua família, num ambiente em que se publicita o empenho na luta contra a corrupção, seria normal que a assunto fosse noticiado e discutido;
- e. Organização da Sociedade Civil, *Friends of Angola*, expressa preocupação com a violação sistemática da constituição (DW) 8 de Janeiro de 2024;
- f. Jurista angolano, Zola Bambi, é impedido pelas autoridades de defender a sua constituinte Laurinda Gouveia tendo sido levado, a 5 de Janeiro, e mantido numa esquadra durante 10 horas – *Radio França Internacional* (RFI) 8 de Janeiro de 2024.

Conclusões

1. As redacções dos órgãos aqui tratados e nos órgãos que os tutelam e/ou orientam, revelam uma visão hegemónica do exercício do poder e do direito ao discurso público. Princípios básicos de jornalismo como o direito ao contraditório são por isso sistematicamente ignorados, privando sistematicamente os espectadores (ouvintes / leitores) de uma parte das perspectivas e factos;
2. A linha editorial dos órgãos monitorados - em especial do Jornal de Angola e da TPA - parecem mais a de um órgão de relações públicas do governo do que de um órgão de imprensa ao serviço do público, com o objectivo de o informar. De realçar que é normal que o governo tenha um órgão para comunicar a sua perspectiva, realçar as suas realizações, e promover a sua imagem mas, esta actividade, louvável, não é jornalismo e não deveria ser feita à custa da actividade jornalística que deve manter independência, promover as várias perspectivas e dar aos leitores elementos para formarem a sua opinião. Privar o país de um tal exercício acaba por prejudicar a acção governativa que pode acabar por ser impedida de tomar conhecimento da realidade, ficando apenas exposta a ficções que tentam ocultar os problemas, dificuldades ou contradições. Uma tal prática acaba provavelmente por alienar uma parte da potencial audiência destes órgãos;
3. Opiniões e eventos vistos como críticos são activamente ocultados ou ignorados resultando daí um empobrecimento do discurso público e uma menorização dos cidadãos a quem se dificulta o acesso a elementos que os possam ajudar a formar as suas opiniões e julgamentos;
4. O Jornal de Angola e a TPA sofrem mais marcadamente das distorções referidas acima. A Zimbo e a RNA, não sendo imunes àquelas, mostram mais diversidade nas notícias que tratam e são mais moderadas na função de servirem relações públicas do poder;

5. A regulação da comunicação social e a defesa do que está expresso na constituição e na lei de imprensa, parece abafada pelos mesmos processos que afectam o exercício do jornalismo;

A sociedade angolana, tanto no domínio dos processos políticos como em todo o exercício intelectual, parece neste quadro, confinada a espaços sem autonomia relativamente aos interesses do poder. O desafio que se coloca aos cidadãos é o de (a) construir capacidade para usar espaços alternativos, (b) mostrar com clareza e objectividade os vícios dos espaços controlados pelo poder - não esquecendo que órgãos da oposição possam ser afectados por vícios equivalentes - e (c) reconquistar os órgãos e instituições que estão como que capturadas e afastadas do seu mandato. O conhecimento e a acção colectiva são elementos centrais para se vencer o desafio referido.

Dados no período

Durante o período foram analisadas um total de **4 807 notícias** distribuídas da forma como se apresenta abaixo

Tabela I - Número de Notícias Analisadas por Mês e por Órgão

Mês	Jornal de Angola	RNA	TPA	TV ZIMBO	Total Geral
nov-23	198	358	567	481	1604
dez-23	182	322		520	1562
jan-24	210	331	584	516	1641
Total Geral	590	1011	1689	1517	4807



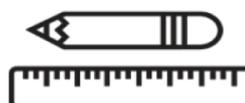
Tempo total monitorizado: 233 horas, 52 minutos, 38 segundos

Tabela II - Duração total de período noticioso analisado por Mês e por Órgão

Mês	RNA	TPA	TV ZIMBO	Total Geral
nov	13:30:23	34:45:30	30:11:52	78:27:45
dez	11:54:32	34:03:03	32:46:42	78:44:17
jan	13:36:25	32:25:40	30:38:31	76:40:36
Total Geral	39:01:20	101:14:13	93:37:05	233:52:38

Tabela III - Área Medida por Mês (cm²) - Jornal de Angola

Mês	Jornal de Angola
nov	19 556,33
dez	19 060,45
jan	17 780,10
Total medido	56 396,88



Luanda, 30 de maio 2024